



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL  
TOMADA DE PREÇO Nº 03/2018

**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE TOMADA DE PREÇOS**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DAS DORES/SE**, através da sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 20, de 12 de janeiro de 2018, comunica Vossa(s) Senhoria(s) que receberá e iniciará a abertura dos envelopes, contendo a documentação e proposta alusivas a esta licitação, que se processará sob o regime da Lei nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/2006, e alterações posteriores, na seguinte data, horário e local especificados abaixo:

**1. IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO (art. 40, Lei nº 8.666/93)**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018.**

**ÓRGÃO INTERESSADO: Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora das Dores.**

**CNPJ Nº 11.389.851/0001-94**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO: Execução Indireta, sob o Regime de Empreitada por Preço Global.**

**2. OBJETO (art. 40, I, Lei nº 8.666/93)**

2.1. Esta Tomada de Preços tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001**, de acordo com o Projeto Básico e Especificações apresentadas, convertido em Anexo I deste instrumento.

Os Serviços/Obras objeto desta licitação deverão ser executados em total observância às normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e às Especificações, Memorial Descritivo e Plantas contidas no Projeto Básico - Anexo I.

**3. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES (art. 40, Lei nº. 8.666/93)**

**Data: 19 de março de 2018.**

**Horário: 09 horas.**

**Local: Sala da Comissão Permanente de Licitação  
Sede da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Dores/SE.**

**4. ANEXOS (art. 40, §2º, Lei nº. 8.666/93)**

4.1. Integram o presente instrumento convocatório.

**ANEXO I** - Projeto Básico e especificações, quantitativos e preços máximos (art. 40, IV, X e §2º, I e II c/c art. 47, Lei nº 8.666/93).

**ANEXO II** - Modelo de Carta Proposta Comercial (art. 40, XVII e §2º, IV, Lei nº 8.666/93).

**ANEXO III** - Modelo de Declaração da Licitante de Visita ao Local de Execução da(s) Obra(s) (art. 40, XVII e §2º, IV, Lei nº 8.666/93).

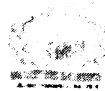
**ANEXO IV** - Planilha de Preços da Licitante (art. 40, XVII e §2º, IV, Lei nº. 8.666/93).

**ANEXO V** - Planilha de Valor Orçado pelo Fundo Municipal de Saúde (art. 40, XVII e §2º, II, Lei nº 8.666/93).

**ANEXO VI** - Cronograma de Desembolso Máximo (art. 40, XVII e §2º, IV, Lei nº 8.666/93).

**ANEXO VII** - Planilha Analítica da Composição do BDI (art. 40, XVII e §2º, IV, Lei nº 8.666/93).

**ANEXO VIII** - Planilha Analítica da Composição dos Encargos Sociais (art. 40, XVII e §2º, IV, Lei nº 8.666/93).



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

**ANEXO IX** - Modelo de Procuração (art. 40, XVII e §2º, IV, Lei nº 8.666/93).

**ANEXO X** - Modelo de Declaração de Empregados Menores (art. 40, XVII e §2º, IV c/c art. 27, V, Lei nº 8.666/93).

**ANEXO XI** - Modelo de Declaração de Disponibilidade para a Execução do Objeto do Contrato (art. 76, Lei nº 8.666/93).

**ANEXO XII** - Modelo de Declaração do Responsável Técnico (art. 40, XVII e §2º, IV, Lei nº 8.666/93).

**ANEXO XIII** - Modelo de Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo (art. 32, §2º, Lei nº 8.666/93).

**ANEXO XIV** - Modelo de Declaração de Impedimento de Licitar com Órgão Público (art. 40, XVII e §2º, IV, Lei nº 8.666/93).

**ANEXO XV** - Modelo de Declaração de Responsabilidade e de Liberação Ambiental (art. 40, XVII e §2º, IV, Lei nº 8.666/93).

**ANEXO XVI** - Minuta do Contrato (art. 40, §2º, III, Lei nº 8.666/93).

**5. INFORMAÇÕES (art. 40, VIII, Lei nº 8.666/93)**

5.1. Os interessados poderão obter quaisquer informações através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, de Segunda à Sexta-feira, das 08 às 12 horas, no endereço supra-indicado, ou pelo telefone (079) 3265-1322.

**6. PARTICIPAÇÃO (art. 40, VI, Lei nº 8.666/93)**

6.1. O licitante poderá acompanhar os atos públicos da licitação, neles manifestar-se, solicitar esclarecimentos, consignar em ata o que lhe convier, bem como apresentar as impugnações e interpor os recursos previstos em lei:

6.1.1. Pessoalmente, no caso de pessoa física;

6.1.2. Através de seu representante legal, no caso de pessoa jurídica, o qual deverá apresentar o Contrato Social, Estatuto ou eventual alteração posterior, que comprove a sua representação;

6.1.3. Através de procurador, que deverá apresentar instrumento procuratório que lhe confira poderes para a prática dos atos supramencionados, conforme consta no Anexo IX deste Edital.

6.2. Em todos os casos, o licitante, representante ou procurador deverá apresentar documento de identidade de fé pública.

6.3. A procuração por instrumento particular (Anexo IX), outorgada por pessoa jurídica, deverá ser acompanhada do respectivo Contrato Social, Estatuto ou eventual alteração posterior, que comprove a representação legal do seu signatário.

6.4. O Contrato Social ou Estatuto, quando apresentado de forma consolidada, substitui a necessidade de apresentação das alterações anteriores.

6.5. Os interessados que não atenderem às exigências deste item não poderão se manifestar, resguardado, apenas, o direito de participar da licitação como ouvintes.

6.6. Não serão admitidos a esta licitação os suspensos, declarados inidôneos ou impedidos de licitar; os que estiverem em regime de falência, concordata ou insolvência civil; os que possuam entre seus sócios, dirigentes ou empregados servidor do órgão interessado ou responsável pela licitação, nos termos do art. 9º da Lei nº. 8.666/93; e os consórcios de empresas, de acordo com o art. 33 da Lei nº 8.666/93.

6.7. As microempresas e empresas de pequena porte que fizerem uso da prerrogativa descrita nos subitens 8.3.6. a 8.3.6.3 deste Edital deverão apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, emitida no corrente ano, conforme Instrução Normativa DREI nº 36, de 02 de março de 2017.



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**7. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA (art. 40, VI, Lei nº. 8.666/93)**

7.1. A documentação referente a credencial, habilitação e a proposta deverão ser entregues no local indicado no item 03 deste Edital, no dia e horário fixado para o recebimento dos mesmos, em três envelopes - **A, B e C** - separados, fechados e lacrados, contendo na face externa os seguintes dizeres:

**Envelope A**

Credencial da (nome da Empresa)

Tomada de Preços nº 03/2018

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.**

Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora das Dores.

**Envelope B**

Documentos de Habilitação da (nome da Empresa)

Tomada de Preços nº 03/2018

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.**

Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora das Dores.

**Envelope C**

Proposta da (nome da Empresa)

Tomada de Preços nº 03/2018

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.**

Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora das Dores.

7.1.1. Todos os documentos e documentos contidos nos envelopes **A, B e C** deverão ser apresentados **perfeitamente lidos, ordenados, numerados e rubricados** pelo representante legal do licitante ou seu procurador, sem emendas, rasuras ou repetições.

7.2. Os documentos de habilitação, de acordo com o art. 32 da Lei nº 8.666/93, poderão ser apresentados em:

7.2.1. Originais, desde que possam ficar retidos e ser autuados no processo;

7.2.2. Fotocópias autenticadas;

7.2.3. Fotocópias não autenticadas, comprovadas das originais, os quais serão devolvidos após conferência; ou ainda

7.2.4. Por publicação em órgão da imprensa oficial.

**8. HABILITAÇÃO - Envelope B (art. 40, VI, c/c art. 27, Lei nº. 8.666/93)**

8.1. Para fins de habilitação a esta Tomada de Preços, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

**8.2. Habilitação Jurídica (art. 27, I c/c art. 28, Lei nº. 8.666/93)**

8.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual (art. 28, II da Lei nº. 8.666/93);

ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

---

8.2.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (art. 28, III da Lei nº 8.666/93);

8.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício (art. 28, IV da Lei nº 8.666/93);

8.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (art. 28, V da Lei nº 8.666/93).

**8.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista (art. 27, IV e o art. 29, Lei nº. 8.666/93)**

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CGC ou CNPJ), conforme o caso (art. 29, I da Lei nº 8.666/93);

8.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 29, II da Lei nº. 8.666/93);

8.3.3. Prova de regularidade perante as Fazendas (art. 29, III da Lei nº. 8.666/93):

8.3.3.1. **Federal**, mediante apresentação de certidão unificada expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os previdenciários (PORTARIA GEFN/PRF Nº 1.751, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014);

8.3.3.2. **Estadual**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais emitida pela Fazenda Estadual do respectivo do domicílio ou sede do licitante;

8.3.3.3. **Municipal**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal do respectivo do domicílio ou sede do licitante;

8.3.4. Prova de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; (art. 29, IV da Lei nº. 8.666/93).

8.3.5. Prova de regularidade fiscal **trabalhista**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

8.3.6. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida, no caso de virem a ser a(s) adjudicatária(s) deste certame, para efeito de assinatura do Contrato, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei nº 147/2014;

8.3.6.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão, no entanto, apresentar os documentos elencados nos subitens 8.3.1 a 8.3.5 deste Edital, mesmo que contenham alguma restrição, de acordo com o art. 40 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei nº 147/2014 e 155/2016;

8.3.6.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste Edital, será(ão) assegurado(s), à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, de acordo com o art. 43, parágrafo 1º da Lei nº 135/2013;

8.3.6.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.3.6.2, implicará decadência do direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração da(s) contratação(ões), ou revogar a licitação, consoante estabelecido no art. 43, §2º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei nº 147/2014.

**8.4. Qualificação Técnica (art. 27, II c/c art. 30, Lei nº. 8.666/93)**

8.4.1. Registro ou inscrição da licitante e de(s) responsável técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA do domicílio ou sede da licitante (art. 30, I da Lei nº 8.666/93).

8.4.2. Comprovação de a licitante possuir e manter quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente registrado no CREA do domicílio ou sede da licitante, declarado na forma do Anexo XI e detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica compatível em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado.

8.4.2.1. A comprovação de vinculação com a licitante dos profissionais detentores dos atestados técnicos conforme exigido no subitem 8.4.2. Deverá ser demonstrada da seguinte forma:

- a) Contrato Social, devidamente atualizado;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS assinada;
- c) Contrato de Trabalho, regido pela CLT;
- d) Contrato de Prestação de Serviço, regido pelo Código Civil; ou
- e) Certidão de registro da licitante no CREA, se nela constar o nome do profissional indicado.

8.4.3. Indicação das instalações e do equipamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, mediante a apresentação da relação explícita e da declaração formal de sua disponibilidade, na data prevista para entrega da proposta, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (art. 30, II e §1º, I da Lei nº. 8.666/93).


8.4.4. Comprovação de que possui os documentos, e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 30, III da Lei nº 8.666/93).

8.4.4.1. Poderá a licitante realizar a visita ao local da realização da obra e esta poderá ocorrer de forma agendada com a Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura, até o último dia útil anterior a realização do Certame.

8.4.4.2. Da visita realizada será emitida uma declaração pela Secretaria Municipal de Infraestrutura conforme Anexo II deste edital.

**8.5. Qualificação Econômico-Financeira (art. 27, III c/c art. 31, Lei nº. 8.666/93)**

8.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2016), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a apresentação de balanços ou balanços provisórios, e, se encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, poderá ser atualizado seus valores por índices oficiais. A comprovação da boa situação financeira será verificada através do cálculo do(s) seguinte(s) índice(s) contábil(is): índice de liquidez geral igual ou maior do que 1,0 (um inteiro);

  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

8.5.1.1. Estes índices deverão ser **CALCULADOS E DEMONSTRADOS**, em documento, pelos licitantes de acordo as técnicas correntes de contabilidade, segundo a fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Reserva a Longo Prazo} \times 1,0}{\text{Passivo Circulante} + \text{Reserva a Longo Prazo}}$$

8.5.1.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de balanço de abertura ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

8.5.1.3. Serão considerados acurios como no forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentadas:

8.5.1.3.1. Publicados em diário oficial ou jornal de grande circulação;

8.5.1.3.2. Autenticados ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhado dos **termos de abertura e encerramento do livro diário**;

8.5.1.3.3. Por cópia do livro diário, inclusive dos termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

8.5.2. Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou da execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. No caso do documento mencionado neste item não fixar prazo de validade, o mesmo será considerado 30 (trinta) dias da data de sua emissão;

#### **8.5.4. OUTROS DOCUMENTOS**

8.5.4.1. Cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (art. 27, V, Lei nº. 8.666/93) através da Declaração que não possui empregados menores de 18 (dezoito) anos, na forma do Anexo X;

8.5.4.2. Declaração de Disponibilidade para a Execução do Objeto do Contrato, na forma do Anexo XI;

8.5.4.3. Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo, na forma do Anexo XIII;

8.5.4.4. Declaração de Impedimento de Licitar com Órgão Público, na forma do Anexo XIV.

8.5.4.5. Declaração de Responsabilidade e de Liberação Ambiental, na forma do Anexo XV.

#### **9. PROPOSTAS: Artigo 9º da Lei nº. 8.666/93**

9.1. A proposta deverá ser apresentada em língua portuguesa, em 01 (uma) via, em papel timbrado da licitante, sem rasuras, emendas, concessões ou entrelinhas, devidamente assinada, numerada e rubricada em todas as folhas pelo representante legal ou procurador do licitante. Deverá ser colada em moeda corrente e, **obrigatoriamente**, conter:

9.1.1. Carta-Proposta Comercial, contendo a razão social, endereço e CNPJ da licitante, indicando expressamente o valor global proposto, prazo de execução não superior ao item 13.5, bem como prazo de validade não inferior ao item 9.2. ambos deste Edital, conforme modelo do Anexo II deste Edital;

9.1.2. Família de Preços da Licitante, de conformidade com o Anexo IV deste Edital, preenchendo-se os campos destinados aos preços unitários propostos, para todos os itens de



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

---

serviços relacionados e calculando os respectivos preços parciais e totais, as respectivas planilhas deverão também ser apresentadas em meio eletrônico na formatação Excel, (assinada pelo responsável técnico da empresa).

9.1.2.1. Em face do regime de execução das obras e serviços objeto desta licitação ser Empreitada por Preço Global, na planilha de valor orçado pela licitante quanto aos seus quantitativos deve ser seguida a estrutura de itens constante da Planilha do Valor Orçado por esta Administração – Anexo V;

9.1.2.2. Deverá, ainda, ser apresentada, juntamente com a planilha de preços da licitante, a planilha que expresse a composição de todos os seus custos unitários, na forma do art. 7, §2º, II da Lei nº 8.666/93 e Súmula 258/2010 do TCU

9.1.2.3. Nas composições de preços, serão adotados os valores referenciais constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil – SINAPI, de acordo com o art. 3º do Decreto Federal nº 7.983/13.

9.1.3. Memórias de cálculo dos encargos complementares do custo direto e da equipe dirigente;

9.1.3.1. Na elaboração da Planilha dos Encargos Sociais, assinada pelo responsável técnico da licitante e deverá observar para o seu preenchimento os percentuais fixados na Legislação em vigor, anexo VIII.

9.1.3.2. Os itens constantes do modelo que não existirem para as obras e serviços neste ato licitado deverão ter seus quantitativos zerados – "00".

9.1.4. Cronograma Físico-Financeiro contendo as etapas de execução e respectivos valores de desembolso, discriminando separadamente as obras e os serviços de acordo com os itens constantes da Planilha de Preços do Fundo Municipal de Saúde e compatível com o Cronograma de Desembolso Máximo – Anexo II a este Edital.

9.1.5. Planilha Analítica da Composição do BDI, que deverá ser apresentada conforme modelo existente no sistema de organização – SINAPI – Anexo VII, de acordo com o Acórdão 2622/2013. (assinada pelo responsável técnico da empresa).

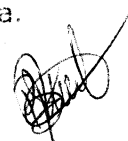
9.1.5.1. Os tributos IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), não devem entrar no cálculo do BDI, compoou a planilha de custo direto, e os itens Administração Local, instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e desmobilização, não devem integrar o cálculo do BDI, conforme Acórdão TCU nº 2622/13. Na elaboração da Planilha de Composição do BDI a licitante deverá excluir as taxas referentes à Administração Local da Obra, Canteiro de Obra, Mobilização/Desmobilização, devendo seguir, ainda, as orientações relativas à taxa referencial aprovada no mesmo Acórdão nº 2622/13.

9.2. O prazo de validade das propostas será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias consecutivos**, contados a partir do dia fixado para o recebimento das mesmas, em conformidade com o art. 64, §3º da Lei nº. 8.666/93.

9.3. Os preços unitários propostos para cada item constante da Planilha de Quantitativos e Quantitativos da Licitante deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais, impostos/taxas, despesas administrativas, transportes, seguros, lucro, etc.

9.4. É vedado qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos.

9.5. A proposta não poderá apresentar mais de uma cotação para a mesma obra.



ESTADO DO RIO GRANDE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

---

9.6. Os preços constados nas propostas não deflávovos, não sendo aceita qualquer comunicação posterior, por qualquer meio, informando erro ou omissão, por parte do licitante ou de seus prepostos.

9.7. Havendo divergência entre os preços unitário e total, prevalecerá o primeiro, e o total será corrigido, de forma a conferir com aquele, considerando-se para a proposta o valor submetido a cálculo de correção a ser efetuado pelos membros da Comissão. Havendo, também, divergência entre os preços em algarismos e por extenso, prevalecerá este último, após as devidas correções, de forma a ser compatível com o valor correto.

9.8. Após a fase de habilitação não cabe desclassificar a proposta, em conformidade com o art. 43, §6º da Lei nº. 8.666/93.

**10. PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO (art. 43, Lei nº. 8.666/93)**

10.1. Quando da entrega dos envelopes **HABILITAÇÃO - B** e **PROPOSTA - C**, o licitante ou seu representante legal deverá apresentar, separadamente, à Comissão, seu credenciamento, na forma do item 6.2, seus respectivos subitens, e seguintes deste Edital.

10.2. Abertos os envelopes de habilitação, os documentos serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes, na forma do art. 43, §2º da Lei nº 8.666/93.

10.3. A critério da Comissão de Licitação poderão ser analisados de imediato os documentos de habilitação e anunciado o seu resultado, na forma do art. 43, I da Lei nº 8.666/93.

10.4. Aos declarados habilitados serão devolvidos os envelopes contendo as propostas, devidamente lacrados, cumprindo o que determina o art. 43, II da Lei nº 8.666/93, desde que não tenha havido recursos, ou após sua denegação.

10.5. A critério da Comissão, no caso de inabilitação de todos os licitantes, poderão ser convocados os participantes para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentarem nova documentação, em obediência ao disposto no artigo 43, §3º da Lei nº 8.666/93.

10.6. Divulgado o resultado da habilitação, a Comissão designará dia e hora para a reunião em que serão abertas as propostas dos concorrentes habilitados, condicionada esta abertura ao transcurso do prazo sem interposição de recursos ou ao julgamento destes. Havendo **desistência expressa** do direito de recorrer por parte de **todos os licitantes**, a abertura poderá ser feita imediatamente, de acordo com o art. 43, III da Lei nº. 8.666/93.

10.7. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar os licitantes por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, consoante determina o art. 43, §5º da Lei nº 8.666/93.

10.8. Verificação da conformidade das propostas com os requisitos deste Edital, em especial o item 09 e seus subitens, classificação das propostas desconformes ou incompatíveis, na forma do art. 43, IV da Lei nº. 8.666/93 e realização do julgamento e classificação das propostas conformes, de acordo com o inciso V dos mesmos artigo e Lei aqui mencionados.

10.9. Divulgado o resultado do julgamento, a autoridade superior adjudicará em nome do licitante vencedor, condicionada esta adjudicação ao transcurso do prazo sem interposição de recursos ou ao julgamento destes. Havendo desistência expressa do direito de recorrer por parte de **todos os licitantes**, a adjudicação poderá ser feita imediatamente, de acordo com o art. 43, VI da Lei nº. 8.666/93.





ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

---

10.10. É facultada à Comissão, em qualquer fase da licitação, promover quaisquer diligências destinadas ao esclarecimento ou complementação necessária à instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos, ou informações que deveriam constar, originariamente, das respectivas propostas, e, em conformidade com o art. 43, §3º da Lei nº. 8.666/93.

**11. JULGAMENTO (art. 43, IV da Lei nº 8.666/93)**

11.1. O preço máximo aceitável terá como parâmetro o valor orçado por esta Administração e constante dos Anexos I e V deste Edital, na forma do art. 43, IV da Lei nº 8.666/93.

11.2. De acordo, ainda, com o art. 43, IV, e art. 45 da Lei nº 8.666/93, serão desclassificadas as propostas que:

11.2.1. Que apresente qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas propostas das demais licitantes. Ocorrendo estas hipóteses serão as propostas desclassificadas, bem como as que:

11.2.2. Não atendam as exigências deste Edital e seus anexos;

11.2.3. Contenham emendas, borrões, rasuras, rasuras ou entrelinhas na primeira via dos documentos apresentados.

11.2.4. Cujos preços globais e unitários sejam superiores aos valores orçados desta Administração.

11.2.5. Que apresentarem na Planilha Aplicada da composição dos Encargos Sociais, percentuais divergentes dos fixados na Legislação.

11.2.6. Serem consideradas as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos valores acima, quando não demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou;

b) Valor orçado da Administração.

11.2.7. Não apresentem assinatura e carimbo (com o Número do CREA) do Engenheiro Responsável das Planilhas Orçamentárias, conforme Lei Federal nº 5.194 de 24/12/66.

11.3. A critério da Comissão, no caso de desclassificação de todas as propostas, poderão ser convocados os participantes para, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas, em obediência ao disposto no artigo 48, §3º da Lei nº 8.666/93.

11.4. Na forma dos arts. 43, inciso V, 44 e 45, § 1º, I da Lei nº 8.666/93 será considerado vencedor o licitante que apresentar o **menor preço global**.

11.5. Em caso de empate, a Comissão fará um sorteio em ato público, de acordo com o que estabelece o art. 45, §2º da Lei nº 8.666/93.

11.5.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequena parte, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei nº 147/2014, entendendo-se por empate, neste caso, aquelas



ESTADO DE SEPEIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

---

situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta de melhor preço, de acordo com o §1º dos mesmos artigo e Lei aqui mencionados;

11.5.2. Para efeito do disposto no subitem 11.5.1 acima, ocorrendo o empate, serão adotados os seguintes procedimentos, em atendimento ao art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela lei nº 147 de 07 de agosto de 2014:

11.5.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (art. 45, I, LC 123/06) alterada pela lei nº 147 de 07 de agosto de 2014;

11.5.2.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 11.5.2.1 acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 11.5.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (art. 45, III, LC 123/06) alterada pela lei nº 147 de 07 de agosto de 2014;

11.5.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 11.5.1 acima, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (art. 45, III, LC 123/06), alterada pela lei nº 147 de 07 de agosto de 2014;

11.5.2.4. Na hipótese da não classificação das propostas nos termos previstos nos subitens 11.5.1 e 11.5.2.3 acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (art. 45, §1º, LC 123/06) alterada pela lei nº 147 de 07 de agosto de 2014;

11.5.3. O disposto nos subitens 11.5.1 e 11.5.2.4 acima somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 45, §2º, LC 123/06) alterada pela lei nº 147 de 07 de agosto de 2014;

**12. ENTREGA E RECEBIMENTO DA OBRA (art. 40, XI e XVI, Lei nº. 8.666/93)**

12.1. O recebimento da obra ora licitada dar-se-á de acordo com o art.73, I, a e b, §3º da Lei nº. 8.666/93, obedecendo-se ao prazo máximo previsto no item 13.5 deste Edital.

**13. CONTRATO (art. 40, II, Lei nº. 8.666/93)**


13.1. Convocado, o licitante vencedor terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para assinar o Contrato, como previsto no art. 44 da Lei nº. 8.666/93.

13.2. A empresa adjudicatária, que convocada, no prazo de validade de sua proposta, a assinar o termo de contrato, ou a ausência de assinar o mesmo, serão atribuídas as penalidades prevista em Lei e neste Edital, incluindo o direito de recurso.

13.3. O Contratado deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, respeitadas todas as condições de habilitação e qualificação aqui exigidas, na forma do art. 95, XIII da Lei nº. 8.666/93.

13.4. Havendo interesse público e no caso de realização de serviços não previstos no Projeto inicial, a futura contratada não poderá a partir, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, do que quer ordenar, que se fizerem necessários até os limites fixados na Lei nº. 8.666/93.

13.5. O prazo máximo de duração das obras, objeto desta licitação e do contrato dela

  
**CIDADE DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE JOSEFA SENHORA DAS DORES**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

decorrente, será de 04 (quatro) meses, no ato da assinatura do cronograma físico-financeiro, incluído neste mesmo prazo, a mobilização. O prazo se inicia a partir da expedição da Ordem de Serviço e Mobilização emitida pelo Fundo Municipal de Saúde, e consequentemente ciência da CONTRATADA.

13.5.1 O prazo de vigência do contrato será de 08 (oito) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica, nas hipóteses previstas no § 1º do art. 57 c/c art. 65 da Lei nº 8.666/93, que poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência de algumas das hipóteses, de acordo com o art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93:

13.5.1. Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

13.5.2. Superveniência de fato excepcional e imprevisível, a critério à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

13.5.3. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

13.5.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 8.666/93 e fixados no Contrato;

13.5.5. Impedimento da execução do Contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

13.5.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulta, direta ou indiretamente, o inadimplemento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

13.6. Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado por igual período, mediante a contratação de termo aditivo, devidamente justificado pela autoridade competente para celebrar o contrato, na forma do §2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

13.7. Os eventuais períodos de paralisação dos Serviços/Obras serão autorizados pela CONTRATANTE, devidamente justificados, e o cronograma físico-financeiro ajustado aos dias de efetiva realização dos serviços.

**14. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 40, XVII c/c art. 55, V, Lei nº. 8.666/93)**


14.1. Para atender as despesas do Contrato decorrente desta licitação, serão utilizados os recursos provenientes de:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ANEXO	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	FONTE DE RECURSOS
32040	1055	44905100	0122001/0121200

**15. PAGAMENTO (art. 40, XI e XIV, Lei nº. 8.666/93)**

15.1. Para o pagamento ao prestador público, na forma do faturamento único, atinentes aos Serviços/Obras objeto deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar a Secretaria Municipal de Finanças os documentos a serem enumerados na forma a seguir descrita, os quais poderão ser apresentados, conforme o caso, em original ou na forma de cópia autenticada:

a) Nota Fiscal e Fatura/Pedibo constando no anverso de ambas, além da discriminação dos serviços executados, os números do Contrato firmado e do Convênio que originou os recursos, se

  
ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

---

este for o caso, bem como a identificação do órgão conveniente, observando obrigatoriamente a data de validade da Nota Fiscal quando for o caso.

b) Medição ou avaliação dos serviços, conforme modelo que será fornecido, devidamente assinado pelo fiscal do Contrato e da CONTRATADA, identificando, além dos serviços executados, o seu período de execução;

c) Cópia da matrícula da obra ou serviço de engenharia no CEI - Cadastro de Empresa Individual, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

d) Cópia da Ordem de Serviço emitida pela Administração;

e) Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Sergipe - CREA/SE, devendo constar, obrigatoriamente, as assinaturas dos representantes da Contratante e da Contratada;

f) Certidão de Regularidade da Situação do FGTS, vigente, fornecida pela Caixa Econômica Federal;

g) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CMDT), para comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

h) Declaração de recolhimento de ICMS;

i) Cópia da GRRP - Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, identificada pelo CNPJ, do mês anterior à prestação do serviço;

j) Certidão Negativa de Débitos Tributários;

l) Certidão negativa de ISS, fornecida pela Prefeitura da sede da contratada;

m) Certidão Conjunta de Débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união.

15.2. Para pagamento das demais faturas, a CONTRATADA deverá apresentar todos os documentos acima elencados e na forma ali descrita, exceto os itens **c**, **d** e **e**, os quais poderão ser apresentados, conforme o caso, em qualquer momento por qualquer processo de cópia autenticada.

15.3. Quando do último faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, além dos documentos exigidos no item 15.2 (exceto os itens **c**, **d** e **e**), a baixa da obra junto a respectiva Prefeitura Municipal e junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

15.4. Os preços contratados, em moeda corrente brasileira, serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato,

15.5. Os valores ora pactuados poderão sofrer reajustamento se o prazo dos serviços ultrapassar 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, conforme estabelece a Lei nº 8.880/94, ou na ocorrência de outras portarias que venham a ser editadas pelo Governo Federal, com a finalidade de cobrir flutuações no custo dos insumos, na mesma proporção e periodicidade da variação, verificada nos índices de Custo Nacional de Construção Civil e Obras Públicas, por tipo de obras apurados pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, desde que compatíveis com o preço de mercado, na forma da art. 40, § 1º, inciso III, da Lei nº 8.880/94.

15.6. No caso de eventuais atrasos da responsabilidade da Contratada, os reajustes serão calculados até o mês previsto no Cronograma físico-financeiro, para o evento gerador do faturamento.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**  
**SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

15.7. Os pagamentos poderão ser suscitados pelo Município, nos seguintes casos:

- 15.7.1. Não cumprimento das obrigações do Contratado para com terceiro que possa, de qualquer forma, prejudicar o Município;
- 15.7.2. Inadimplência de obrigações do Contratado para com o Município por conta do Contrato;
- 15.7.3. Não cumprimento do disposto nas instruções fornecidas pelo Município e nos demais Anexos deste Edital;
- 15.7.4. Erros ou vícios nas faturas.

15.8. De acordo com o art. 185 do Regulamento do ICMS do Estado de Sergipe, aquele que participar de licitação neste Estado e que adquirir mercadorias de outras unidades da federação, recolherá o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

**16. PENALIDADES (art. 63, III c/c art. 66, Lei nº 8.666/93)**

16.1. O atraso no cumprimento de qualquer obrigação assumida sujeitará o contratado ao pagamento da multa de mora estabelecida no art. 36 da Lei nº 8.666/93, que será de 1% (um por cento) do valor do empenho, por dia de atraso. O atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos será considerado como inexecução total do contrato, de acordo com o art. 77 c/c art. 78, IV da Lei nº 8.666/93.

16.2. Em caso de inexecução parcial do contrato, o contratado será penalizado na forma prevista pelo art. 87 da Lei nº 8.666/93. O valor das multas corresponderá à gravidade da infração, até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do empenho, em cada caso.

16.3. Nas mesmas penalidades incidirá o adquirente que não retirar a nota de empenho ou assinar o contrato no prazo estabelecido, conforme estabelece o art. 64 da Lei nº 8.666/93. O valor da multa, neste caso, será de 10% (dez por cento) do valor adjudicado.

**17. RECURSOS (art. 40, III, Lei nº 8.666/93)**

17.1. Caberá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, na forma do art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93, conforme nos casos do art. 109, I da Lei nº 8.666/93):

- 17.1.1. Habilitação ou reabilitação do licitante;
- 17.1.2. Anulação das propostas;
- 17.1.3. Anulação ou revogação da licitação;
- 17.1.4. Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;
- 17.1.5. Rescisão do Contrato, na forma do art. 79, V da Lei nº 8.666/93.

17.2. Do ato ou interposto se a da do recurso dos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com o art. 109, §3º da Lei nº 8.666/93.

17.3. Os recursos e impugnações deverão ser-los na forma prevista nos §§4º e 5º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

17.4. Caberá representação, no mesmo prazo, do recurso relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caberá recurso hierárquico na forma do art. 109, II da Lei nº 8.666/93.

17.5. Caberá pedido de reconsideração de decisão do Fundo Municipal de Saúde, no prazo de 10 (dez) dias úteis, na hipótese do art. 37, § 3º da Lei nº 8.666/93.

**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

17.6. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para responder pela empresa.

**18. PROJETO BÁSICO (ART. 40, XV e X da Lei nº. 8.666/93)**

18.1. O Projeto Básico, com todas as suas especificações e complementos ao regular desempenho da obra, além de fazer parte integrante deste Edital, na forma de Anexo, conforme o art. 40, § 2º da Lei nº 8.666/93 poderá ser examinado, separadamente, com a Comissão Permanente de Licitação de Nossa Senhora das Dores, nos dias e horários estipulados no item 05 deste Edital.

**19. DISPOSIÇÕES GERAIS (ART. 49, XVII, da Lei nº. 8.666/93)**

19.1. O Fundo Municipal de Saúde se reserva o direito de revogar esta Licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulara por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, na forma do art. 49 da Lei nº. 8.666/93.

19.2. Quaisquer reclamações, informações ou comentários ou pedidos de esclarecimentos que se façam necessários à elaboração das propostas deverão ser formulados, por escrito, em até 03 (três) dias antes da data marcada para abertura da licitação, ficando desde já entendido que a ausência de resposta não constituirá motivo para alteração das condições e prazos.

19.3. A Contratada assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da obra, objeto desta Licitação, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo a solidariedade do Fundo Municipal de Saúde, relativamente a esses encargos inclusive os que, eventualmente, advirem de prazos causados a terceiros.

19.4. A obra, objeto desta Licitação de Pregos, poderá ser contratada no todo ou em parte, sempre subordinada à existência de recursos.

19.5. Só poderá haver subcontratação do objeto contratado por parte da contratada até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor do contrato, mediante prévio consentimento deste Fundo Municipal de Saúde.

19.6. Não havendo expediente no órgão interessado na data designada para o recebimento dos envelopes, os mesmos serão recebidos no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora.

19.7. Não serão aceitos outros documentos, recibos ou protocolos em substituição aos documentos exigidos nesta Tomada de Preços.

19.8. A contagem dos prazos de validade desta Tomada de Preços, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário, sob o entendimento de que os prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal, na forma do art. 4º da Lei nº 8.666/93.

19.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação, tomando-se por base as disposições constantes da Lei nº. 8.666/93, os preceitos do Direito Público e, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

Nossa Senhora das Dores, SE, 26 de fevereiro de 2018.

  
**EDNA LÚCIA DA RESENDE**  
Presidente da CPL

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 03/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11889.8510001/13-001.

**ANEXO I**

**Especificações, Quantitativos e Preços Máximos**

(Anexar Projeto Básico, Planilhas, Especificações de Materiais e demais itens)

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO MÁXIMO (R\$)
01	CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11889.8510001/13-001	305.496,10



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.

**ANEXO I**

**CARTA-PROPOSTA (Modelo)**

Ao Fundo Municipal de Saúde  
Nossa Senhora das Dores/SE

Prezados Senhores,

Pela presente submetemos à apreciação de V.Sa. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, declarando que:

- Executaremos os serviços para a OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001, objeto da TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2018, pelo valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (por extenso), no prazo máximo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias vinculado, exclusivamente ao cronograma físico-financeiro, incluído neste, a mobilização, cujo prazo será contado a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pelo Fundo Municipal de Saúde após a assinatura do Contrato e, ao tempo em que, assume inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na elaboração da proposta;
- Manteremos válida a Proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de recebimento dos documentos de habilitação e proposta comercial, aceitando que, ocorrendo recurso de habilitação ou inhabilitação de licitante e suas eventuais impugnações, bem como de julgamento das propostas comerciais e de suas eventuais impugnações, durante o período de seus respectivos julgamentos, o prazo de validade da proposta comercial não correrá, tendo em vista o efeito suspensivo desses recursos;
- Utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessários à perfeita execução dos serviços, de acordo com as exigências do Edital e de seus Anexos, bem como da fiscalização do município;
- Na execução das obras e dos serviços observaremos rigorosamente as especificações técnicas, assumindo desde já a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas e padrões desse município.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal)  
(Carteira de Identidade nº e órgão expedidor)

Nome da Empresa:  
Endereço:  
CEP:





ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I NO LONDORO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA ME Nº 21369.8510001/13-001.

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA E DO SERVIÇO E DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DA LICITAÇÃO** (Modelo)

Declaramos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu Responsável Técnico e/ou Representante Legal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, que recebeu do Fundo Municipal de Saúde toda a documentação relativa à Tomada de Preços nº \_\_\_\_\_/2018, composta do Edital e seus elementos constitutivos, e que visitou o local onde se realizará a execução das obras e serviços objeto desta licitação, tendo tomado conhecimento de todas as condições e eventuais dificuldades para a boa execução das Obras e dos Serviços, como mão de obra, materiais de construção, equipamentos, localização, condições do terreno e acessos, condições geológicas, morfológicas, edafológicas, climatológicas, etc.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(nome da empresa)

(Nome do Responsável Técnico e/ou Representante Legal)

Engenheiro Civil - CREA nº \_\_\_\_\_

e/ou CPF nº \_\_\_\_\_



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

---

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO 1, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.

ANEXO IV

PLANILHA DE PREÇOS DA LICITANTE

(No sistema SINAPI, a LICITANTE deverá detalhar a formação do seu preço, obedecendo, taxativamente, a itenização da planilha de preços do **Fundo Municipal de Saúde**)





ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

---

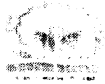
**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA Nº 11389.8510001/13-001.

**ANEXO V**

**PLANTILHA DE PREÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

(Em anexo)



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.

**ANEXO VI**

**CRONOGRAMA DE DESEMPENHO MÁXIMO**

<b>Item</b>	<b>Descrição dos serviços</b>	<b>04 MESES</b>
01	CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001	100%



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018**


**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO RODOVIA DO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.

**ANEXO VI**

**PLANILHA ANALÍTICA DE COMPOSIÇÃO DO BDI**

		BDI	
1	AC - Administração Central	%	
2	S - Seguro	%	
3	R - Risco e Garantia	%	
4	DF - Despesas Financeiras	%	
5	L - Lucro	%	
<b>6 - Tributos</b>			
06.001	PIS	%	
06.002	COFINS	%	
06.003	ISS	%	
06.004	Percentual sobre o faturamento (lei 12.541/2013)	%	

$$BDI = \left[ \frac{\left( \left( \left( 1 - \frac{AC}{100} + \frac{S}{100} + \frac{R}{100} \right) \left( 1 + \frac{DF}{100} \right) \left( 1 + \frac{L}{100} \right) \right) \right)}{\left( 1 - \frac{I}{100} \right)} - 1 \right] \times 100$$

  
 GOV. DO PIAUÍ  
 ESTADO DO PIAUÍ  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.

**ANEXO VIII**

**PLANILHA DOS ENCARGOS SOCIAIS DA EQUIPE DIRIGENTE**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	FÓRMULA	VALOR TOTAL
<b>A</b>	<b>ENCARGOS INSTITUCIONAIS</b>			
A1	PREVIDÊNCIA SOCIAL	%		
A2	FGTS	%		
A3	SESI	%		
A4	SENAI	%		
A5	INCRA	%		
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	%		
A7	SEBRAE	%		
A8	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	%		
A9	SECONCI-SE	%		
<b>B</b>	<b>ENCARGOS TRABALHISTAS</b>			
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	%		
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	%		
B2	FÉRIAS	%		
B3	AUXÍLIO ENFERMIDADE	%		
B4	DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO	%		
B5	LICENÇA PATERNIDADE	%		
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	%		
B7	DIAS DE CHUVAS - FONTE SIAPE	%		
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	%		
B9	FUNDO SOCIAIS	%		
<b>C</b>	<b>ENCARGOS INDENIZATÓRIOS</b>			
C1	AVISO PREVIO INDENIZADO	%		
C2	AVISO PREVIO TRABALHADO	%		
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	%		
C4	DEPÓSITO RESCISÓRIO - CUSTA CAUSA	%		
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	%		
<b>D</b>	<b>INDENIZADA EM FÉRIAS</b>			
D1	INDENIZADA EM FÉRIAS	%		
D2	INDENIZADA EM FÉRIAS - SOBRE AVISO PREVIO TRABALHADO E INDENIZADA DO FORTO SOBRE AVISO PREVIO	%		
	<b>VALOR TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>			



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

---

**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO 1, NO QUADRO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA Nº 11389.8510001/13-001.

ARREDAZ

**PROCURAÇÃO (modelo)**

**OUTORGANTE:** {Qualificação da empresa e do representante legal que assinará a procuração em seu nome (nome, endereço, nº. inscrita), etc.}

**OUTORGADO:** (Representante devidamente qualificado).

**OBJETO:** Representar o Outorgante na Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2018 – Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora das Dores.

**PODERES:** Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentação de habilitação e de propostas, colher as respectivas atas e documentos, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

\_\_\_\_\_  
NOME/CARGO



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO RUAÇO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA ME Nº 11389.8510001/13-001.

ANEXOS

**DECLARAÇÃO DE EMPREGADOS MENORES** (modelos)

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.051, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**(Observação: em caso afirmativo, assinar e assinar acima)**





ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO  
(Modelo)

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_ portador da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, DECLARA que se responsabiliza pela sua disponibilidade para a execução do objeto do contrato decorrente do presente procedimento licitatório, na forma do art. 76 da Lei nº. 8.666/93.

(Assinatura)  
(Nome e assinatura do representante legal)  
(Carteira de Identidade nº. e opção expedidor)





ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA ME Nº 11389.8510001/13-001.

**ANEXO XII**

**DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO** (modelo)

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que o Senhor \_\_\_\_\_, (brasileiro, maior, capaz, engenheiro civil), portador do registro nº \_\_\_\_\_ no CREA- \_\_\_\_\_ é integrante do seu **QUADRO PERMANENTE** na qualidade de \_\_\_\_\_, conforme comprova mediante documentação exigida pelo Edital em anexo, situação essa pela qual o mesmo aceita participar da licitação TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2018, na qualidade de Responsável Técnico.


(data)

(Nome e assinatura do representante legal)  
(Carteira de Identidade nº e órgão expedidor)

**CONCORDO** em Participar da Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2018, na qualidade de RESPONSÁVEL TÉCNICO.

\_\_\_\_\_  
(nome do profissional)

Registro nº \_\_\_\_\_ / D - CREA- \_\_\_\_\_

  
ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

---

**Tomada de Preços nº 03/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.

**ANEXO VIII**


**DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO** (Modelo)

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_ portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ **DECLARA** para fins do disposto no §2º do art. 32 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, que inexistem, até a presente data, fatos impeditivos à sua habilitação no presente procedimento licitatório, obrigando-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

(data)

(nome e assinatura do representante legal)  
(Carteira de Identidade - nº e órgão expedidor)



  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO C, NO BOVADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.

**ANEXO XIV**

**DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR COM ÓRGÃO PÚBLICO (modelos)**


**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 87 c/c o parágrafo único do art. 97 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que não está suspensa, não é impedida e nem é declarada inidônea de licitar com Órgão Público.

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)



  
**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO 1, NO RODOVIA DO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.

**ANEXO XV**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E LIBERAÇÃO AMBIENTAL** (modelo)

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador de Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para os devidos fins de direito que conhece a legislação pertinente aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente em nível federal, estadual e municipal; que tomou conhecimento das restrições, normas e proposições relativas à preservação do meio-ambiente do local a ser visitado onde se realizarão os serviços objeto desta licitação; que assume a responsabilidade de obediência à legislação, às normas explicitadas pelo **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**, e pelos órgãos específicos de controle ambiental; que se responsabiliza pela elaboração do relatório de impacto de meio-ambiente e pela execução dos serviços objeto desta Tomada de Preços, bem como se responsabiliza ainda pela autorização dos serviços e demais requisitos necessários à regulamentação dos serviços e das ações previstas na legislação e nesta licitação, caso seja isso necessário.

Declararam, também, que assumem sem repasse ao **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES**, toda a responsabilidade por danos e ônus, que venham a ser associados aos serviços licitados motivados pelo não cumprimento dos dispositivos normativos previstos nesta declaração.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal)  
(Carteira de Identidade nº e órgão expedidor)



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA ME Nº 11389.8510001/13-001.

**ANEXO XVI**

**MINUTA DO CONTRATO Nº \_\_\_\_/2018**

*Contrato de Empreitada por Preço Global, que entre si celebram, de um lado, o Fundo Municipal de Saúde de Nossa Senhora das Dores/SE e, do outro, a empresa \_\_\_\_\_, decorrente da Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2018.*

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DAS DORES/SE**, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede e foro na \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Gestor, o Sr. \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_ e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede e foro na \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato de Empreitada por Preço Global, decorrente do Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2018, modalidade Tomada de Preços, que será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.132/01 e as cláusulas e condições elencadas:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO (art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93)**

2.1. O presente instrumento tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE CONCLUSÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PADRÃO I, NO POVOADO ASCENSO NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REFERENTE A PROPOSTA MS Nº 11389.8510001/13-001.**

**Parágrafo único** – Os serviços serão executados em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observados integralmente o Edital e seus anexos e a proposta elaborada pela CONTRATADA, de acordo com o art. 55, III da Lei nº 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93)**

A obra, objeto deste Contrato, terá sua Execução Indireta sob o Regime de Empreitada por Preço Global.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93)**

3.1. Pela perfeita integral execução deste Contrato, o Fundo Municipal de Saúde pagará à Contratada o valor global de R\$ \_\_\_\_\_.

3.2. Para o pagamento da primeira parcela, ou quando do faturamento único, atinentes aos Serviços/Coras objeto deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar a Secretaria Municipal de Finanças os documentos adiante enumerados e na forma a seguir descrita, os quais poderão

ESTADO DE SERGIPE  
**MUNICÍPIO DE ACESSA SENHORA DAS DORES**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

ser apresentados, conforme o caso, em original ou com qualquer processo de cópia autenticada:

- a) Nota Fiscal e Fatura/Recibo, constando no anexo de ambas, além da discriminação dos serviços executados, os números do Contrato Fiscal e do Convênio que originou os recursos, se este for o caso, bem como a identificação do órgão conveniente, observando obrigatoriamente a data de validade da Nota Fiscal quando for o caso;
- b) Medição ou avaliação dos serviços, conforme modelo que será fornecido, devidamente assinado pelo fiscal do Contrato e da OAB/SE/SP, identificando, além dos serviços executados, o seu período de execução;
- c) Cópia da matrícula da obra ou serviço de engenharia no CIEI – Cadastro de Empresa Individual, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- d) Cópia da Ordem de Serviço emitida pelo Hospital Municipal de Saúde;
- e) Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura da Região – CREA/SE, devendo constar, obrigatoriamente, as assinaturas dos representantes da Contratada e do Contratante;
- f) Certidão de Regularidade de Situação do MEIS, vigente, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CNDT), para comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- h) Declaração de Recolimento do ICMS;
- i) Cópia da GFIP – Guia de Recolimento do IGF e de informações à Previdência Social, identificada pelo CNPJ, do mês anterior à prestação do serviço;
- j) Certidão Negativa de Débitos Fiscais;
- l) Certidão negativa do ISS, fornecida pela Prefeitura Municipal da sede da contratada;
- m) Certidão Conjunta de Débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união.

3.3. Para pagamento das despesas faturas, a CONTRATADA deverá apresentar todos os documentos acima elencados e na forma ali descrita, exceto os itens c, d e e, os quais poderão ser apresentados, conforme o caso, em original ou com qualquer processo de cópia autenticada.

3.4. Quando do último faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar CONTRATANTE, além dos documentos exigidos no item 3.2, os itens c, d e e, a baixa da obra junto a respectiva Prefeitura Municipal e junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

3.5. Os preços contratados, em moeda corrente brasileira, serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses contados desde a assinatura do contrato.

3.6. Os valores ora pactuados poderão sofrer reajustamento se o prazo dos serviços ultrapassar 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, conforme estabelece a Lei nº 8.880/94, ou na ocorrência de outras normas que visem a atualizadas pelo Governo Federal, com a finalidade cobrir flutuações no custo dos insumos, na mesma proporção e periodicidade da variação, verificada nos índices do Índice Nacional de Construção Civil e Obras Públicas, por tipo de obras apurados pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, desde que compatível com o preço de mercado, na forma do art. 40, XI da Lei nº 8.666/93.

3.7. No caso de eventual aumento da responsabilidade da Contratada, os reajustes serão calculados até o mês previsto no cronograma físico-financeiro, para o evento gerador do faturamento.

3.8. Os pagamentos poderão ser efetuados pelo Município, nos seguintes casos:

- 3.8.1. Não cumprimento das obrigações da Contratada para com terceiro que possa, de qualquer forma, prejudicar o Município;
- 3.8.2. Inadimplência de obrigações da Contratada para com o Município por conta do Contrato;
- 3.8.3. Não cumprimento de obrigações fiscais decorrentes fornecidas pelo Município e nos demais Anexos desta Edital;
- 3.8.4. Erros ou vícios nas faturas.

3.9. De acordo com o art. 15º do Regulamento do ICMS do Estado de Sergipe, aquele que participar de licitação neste Edital e que adjuque mercadorias de outras unidades da federação, recolherá o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

**CLÁUSULA QUARTA - DA URGÊNCIA (ART. 65, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93)**

4.1. O prazo máximo de execução dos serviços objeto desta licitação e do contrato dela decorrente,

**ESTADO DO RIO GRANDE**  
**MUNICÍPIO DE ROSEIRA - RIBERA DAS DORES**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

será de **04 (quatro) meses**, de acordo com o cronograma físico-financeiro, incluído neste mesmo prazo, a mobilização. O prazo se inicia a partir da expedição da Ordem de Serviço e Mobilização emitida pelo Fundo Municipal de Saúde, e consequentemente ciência da CONTRATADA.

4.2. O prazo de vigência no contrato será de **06 (seis) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica, nas hipóteses previstas no § 1º do art. 57 e/c art. 65 da Lei nº 8.666/93, que poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência de algumas das hipóteses, de acordo com o art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93:

- 4.2.1. Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
  - 4.2.2. Superveniência de fato econômico ou circunstância, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
  - 4.2.3. Interrupção da execução do contrato por diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
  - 4.2.4. Aumento das quantidades compreendidas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº. 8.666/93 e fixados no contrato;
  - 4.2.5. Impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
  - 4.2.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções aplicáveis aos seus responsáveis.
- 4.3. Ocorrendo impedimento, para suspensão ou extinção do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado por igual período, mediante a celebração de termo aditivo, devidamente justificado pela autoridade contratante para celebrar o contrato, na forma do §2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.
- 4.4. Os eventuais períodos de paralisação dos Serviços/Obras serão autorizados pela CONTRATANTE, devidamente autorizados, e o cronograma físico-financeiro ajustado aos dias de efetiva realização dos serviços.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO ORÇAMENTÁRIO (art. 55, inciso V, da Lei nº. 8.666/93)**

Os recursos financeiros para pagamento dos serviços resultantes deste Contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária e do valor especificado:

ÍTEM DE FOLHA ORÇAMENTÁRIA	ANO	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSOS
11040	2015	44905100	0122001/0121200

**CLÁUSULA SEXTA - DO OBJETO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e VIII, da Lei nº 8.666/93)**

- A CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, se obriga a:
- I. Acompanhar, controlar e avaliar a execução das obras quanto à eficiência, eficácia e a efetividade na realização dos serviços prestados;
  - II. Observar para que, durante toda a vigência do Contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas neste Contrato;
  - III. Indicar os seus representantes responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e controle do objeto deste Contrato;
  - IV. Notificar a Contratada, por escrito, a respeito de quaisquer eventuais imperfeições no curso da execução das obras, fixando prazo para a sua devida correção;
  - V. Efetuar o pagamento no prazo e de acordo com o contrato.
- A CONTRATADA, durante a vigência deste Contrato, se obriga a:
- I. Executar fielmente o objeto contratado no prazo estipulado;
  - II. Gerenciar, em estrita observância aos procedimentos e supressões que, a critério do Fundo Municipal de Saúde, se tornarem necessárias para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, até



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE MOURA BENEVIDES DAS DORES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

os limites fixados no § 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93;

**III.** Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;

**IV.** Assumir inteira e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste Contrato salientando estas de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do Município de Moura, relativamente a esses encargos, inclusive os que envolvam o fornecimento de serviços, prestados a terceiros;

**V.** Manter em escritório na obra o livro de ocorrências de obras, onde serão anotadas todas as ocorrências havidas na execução dos serviços, livro este que será assinado semanalmente pelo responsável técnico da Contratada e pelo encarregado fiscal da obra;

**VII.** Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**Parágrafo Único** - Será a responsabilidade Fiscal, Municipal e Estadual e fiscalização na execução dos trabalhos contratados, cabendo também à Contratada a fornecer informações, dados e elementos que lhe forem necessários para fins de controle.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS E PENALIDADES (Art. 55, inciso VII, da Lei nº 8.666/93)**

Ao atraso no cumprimento de qualquer obrigação decorrente, será aplicada multa de 01% (um por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o total do descumprimento de cada um dos prazos parciais previstos no cronograma físico-financeiro, e desde que a motivo do atraso tenha sido por culpa exclusiva da Contratada, caso se a justificativa do atraso for aceita pela fiscalização da Contratante. O atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos será considerado como inexecução total do contrato.

**§1º** - A multa prevista no item anterior será deduzida dos pagamentos a serem efetuados à Contratada, sendo restituída na íntegra e na ocorrência recuperação dos atrasos verificados.

**§2º** - Caberá ainda, a aplicação das seguintes penalidades em casos:

**I.** Não executar as obras de acordo com o projeto, especificação e normas técnicas vigentes;

**II.** Omissão de trabalho ou não atendimento aos prazos;

**III.** Por transferência do Contrato, a Contratada fica sujeita a multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, se a transferência for total ou em parte, sem prévia autorização da Contratante.

**§3º** - Serão considerados casos de força maior, para aplicação de multas, quando o atraso na entrega de obra contratada decorrer de:

**I.** Período excepcional de seca;

**II.** Ordem escrita para o cancelamento ou suspensão dos trabalhos, de interesse da Contratante;

**III.** Falta de elemento técnico, quando o fornecimento deles couber à Contratante.

**§4º** - No caso de atraso ou não entrega de obra, regularizadas ou ocorrer inadimplemento contratual que possa ser responsabilizado à Contratada, e, ainda, em caso de inexecução, total ou parcial, do contrato, o Contrato de Licitação aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 67 da Lei nº. 8.666/93, garantido o prévio direito de defesa, sem prejuízo de perda da garantia prestada:

**I.** Advertência;

**II.** Multa de 01% (um por cento) por dia de atraso, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso na entrega de obra;

**III.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

**IV.** Suspensão temporária ou parcial, em aplicação e impedimento de contratar com a Administração do Município, por prazo não superior a dois (2) anos;

**V.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**§5º** - No caso de multa aplicada por atraso de obra, o licitante que não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, com prazo estabelecido no art. 6º da Lei nº. 8.666/93. O valor da multa, neste caso, será de 10% (dez por cento) do valor contratado.

**§6º** - A inexecução total ou parcial dos serviços contratados para Licitação ensejará sua rescisão, nos

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE MOURA RIBEIRO DAS DORES  
DIVERSAS ATIVIDADES E CONTRATOS

---

termos dos artigos 76 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO TOTAL (Art. 78, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93)**

A inexecução total ou parcial do Contrato, e a das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejara a sua rescisão por ato unilateral e insólito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos IX a XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.

**Parágrafo Único** - Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que tiverem sido incorridos, mediante o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA NONA - DOS EFEITOS DA RESCISÃO E DO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93)**

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO, ADIÇÃO OU CANCELAMENTO DO CONTRATO E OS CASOS DE RESCISÃO (Art. 65, inciso I, da Lei nº 8.666/93)**

O presente Contrato fundar-se-á:

- I. Nos termos do Edital de Licitação nº. 001/2013 que, simultaneamente:
  - a. Definir o processo licitatório que o compo;
  - b. Não contrariem o interesse público;
- II. Nas demais determinações da Lei nº 8.666/93;
- III. Nos princípios do Direito Público;
- IV. Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

**Parágrafo Único** - Os casos previstos a qualquer quites que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão resolvidos entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO POR ATRASO (Art. 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93)**

Este instrumento poderá ser rescindido na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

**§1º** - A Contratada fica obrigada a atender, sob pena de suas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se azerem necessários, até o limite do valor previsto no art. 65, §1º da Lei nº. 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

**§2º** - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo se o valor dos acréscimos ou supressões não ultrapassar, por vez, o limite com o art. 65, §2º, II da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93)**

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, fica designada o Engenheiro Responsável, o Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, nomeado na Secretaria Municipal de Infraestrutura do município, para acompanhar e assegurar a execução do presente contrato.

**§1º** - A fiscalização competente, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas estabelecidas no Edital e os termos são adequados para garantir a qualidade da obra.

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES  
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

§2º - Alegação da fiscalização não exonerará o contratado de suas responsabilidades contratuais.  
§3º - Condição por conta da Contratada os encargos incidentes sobre as faturas a serem pagas, assim como as contribuições devidas ao INSS, que serão de sua exclusiva responsabilidade as obrigações de pagamento, multas e da Previdência Social, de seguros com referência ao pessoal empregado, contratado ou que prestar qualquer serviço na execução da obra ou fiscalização dos serviços decorrentes deste Contrato.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DA OBRA (Art. 73, Lei nº 8.666/93)**

Em consonância com o art. 73, I do Lei nº 8.666/93 o objeto deste Contrato será recebido:  
a. Provisoriamente, pelo responsável pelo planejamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de (trinta) dias de comunicação escrita do Contratado;  
b. Definitivamente, por inspeção ou vistoria designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou quando que o tempo não for suficiente para os termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS SERVIÇOS DE GESTÃO GERAL E FINAIS**

I. Com a prévia e expressa aprovação do Fundo Municipal de Saúde, sem perda das responsabilidades contratuais, o Gestor de Contrato poderá subcontratar parte das obras e dos serviços deste Contrato, reservado o limite máximo de 40% (quarenta por cento) do valor contratado.

II. A subcontratação não altera as direitos e as obrigações da Contratada perante ao Fundo Municipal de Saúde.

III. Para a execução desta obra, o Contratado, por ato da Secretaria a que se vincula este Contrato, designará um Engenheiro como responsável técnico, com a competência de Gestor de Contrato do Fundo Municipal de Saúde, cujas outras atribuições, anotará em registro próprio todas as condições necessárias para a execução das obras e serviços objeto deste Contrato, informando o nome, o cargo, a qualificação dos fatos ou fatos observados.

IV. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência prevista no ato de designação, deverá o Gestor de Contrato do Fundo Municipal de Saúde poderá solicitar aos seus superiores hierárquicos, o que for necessário e oportuno, em caráter de urgência, quando conveniente.

V. Durante a execução desta obra, o Fundo Municipal de Saúde poderá exigir da Contratada a seguro para a cobertura de riscos, para um bom e perfeito desenvolvimento dos trabalhos contratados, conforme exigido pelo edital no tempo de execução das obras e dos serviços objeto deste Contrato.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FUNDOS**

As partes contratadas e contratada, por ato do Prefeito Municipal, Nossa Senhora das Dores, Estado de Sergipe, como único competente, para firmar as condições que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com validade e expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

É, por este ato assinado, em duas cópias, as partes assinaram este instrumento, na presença de 22 (duas) testemunhas, a saber, de que trata o processo nº 000.000.000.000.

Nossa Senhora das Dores, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

CONTRATANTE  
COMPETENTE  
I. \_\_\_\_\_  
II. \_\_\_\_\_

CONTRATADA

